



Se há dez anos as condutas de lavra ilegal e irregular passavam praticamente à margem do Direito, o aumento significativo das ações civis e penais relativas ao tema da usurpação mineral é indicativo dinâmico de que estas condutas estão sendo cada vez mais o alvo de ações por órgãos públicos como o Ministério Público Federal e a Advocacia Geral da União.

---

---

Click que faça o [download](#) gratuito do eBook